

SESSÃO DE ABERTURA

Apresentação do Colóquio pelo Presidente do Conselho Nacional de Educação

Intervenção de Sua Excelência a Secretária de Estado Adjunta do Ministro do Ambiente e Recursos Naturais

Intervenção de Sua Excelência o Secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário

Prof. Doutor Eduardo Marçal Grilo

Senhora Secretária de Estado Adjunta do Ambiente e Recursos Naturais, Senhor Secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário, Senhor Presidente do Instituto Nacional do Ambiente, Senhora Directora-Geral dos Ensinos Básico e Secundário, Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação, Senhores Oradores, e demais Participantes nos Painéis, Senhores Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores.

Eu gostava, em primeiro lugar, de saudar os Senhores Secretários de Estado por terem aceite o nosso convite para estarem na abertura deste Colóquio sobre a Educação e o Ambiente. Temos uma grande honra em os receber e, em particular, a Senhora Secretária de Estado Adjunta do Ambiente e Recursos Naturais, Dr^a Teresa Patrício Gouveia, pois é a primeira vez que nos visita. Ao Senhor Secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário, que é um amigo e está aqui como em sua casa, saúdo igualmente com grande satisfação.

O Colóquio que hoje vamos realizar, é uma iniciativa do Conselho Nacional de Educação. Foi em Setembro de 1992 que fizemos uma proposta ao Plenário do CNE, no sentido de o Conselho vir a estudar e debater alguns temas que, não sendo propriamente problemas endógenos do Sistema Educativo, constituem áreas educativas que eu próprio considerarei deverem ser abordadas e discutidas no âmbito do Conselho, de forma a que este pudesse contribuir para o aumento da sua importância no contexto do processo educativo.

Um dos temas que, nessa altura, foi identificado como importante neste contexto foi o da Educação e Ambiente. Em reuniões das

Comissões Especializadas e numa segunda reunião do Plenário, foi decidido que seria interessante organizar, em 1993, um Colóquio com as características do que hoje vai realizar-se durante todo o dia. O nosso objectivo único é o de contribuir para que o Sistema Educativo, através da escola, exerça um papel mais relevante e mais actuante, em relação aos problemas do Ambiente. Obviamente que o Sistema Educativo, há muito tempo, que se preocupa com os problemas do Ambiente. Não vamos, certamente, aqui encontrar pistas inteiramente novas, mas mesmo que não encontremos nada de novo, pensamos que consolidar, chamar a atenção, motivar, incentivar, sobretudo, as escolas, os professores, as estruturas do Ministério da Educação e a nós todos, no conjunto, - porque no fundo o Sistema Educativo somos nós todos - será o grande objectivo deste Colóquio.

Agradeço muito a todos terem aceite o nosso convite e permitam-me que faça uma saudação especial ao Instituto Nacional do Ambiente que convidámos para organizar, conjuntamente connosco, este Colóquio. Ao Sr. Eng^o Vila Lobos agradeço pessoalmente e em termos institucionais, o ter-se disponibilizado para participar neste nosso encontro.

Permitam-me, também, que faça uma saudação muito especial à Sr^a Directora-Geral dos Ensinos Básico e Secundário sem a qual não teria sido possível organizar este Colóquio. Trata-se de uma instituição que, independentemente das reformulações por que passou e passará, tem um papel essencial na coordenação da acção educativa em todo o Ensino Básico e Secundário, pois inclui toda a escolaridade obrigatória. Pensamos que a participação activa da Sr^a Directora-Geral neste Colóquio, bem como da Direcção-Geral e dos seus colaboradores, é

uma prova da importância que este tema merece por parte dos responsáveis pela Administração da Educação em Portugal.

Espero que se sintam bem durante este dia que vão passar no Conselho Nacional de Educação, nas nossas novíssimas instalações. Fizemos tudo o que era possível para lhes proporcionar um dia agradável.

O programa que irei ler, está distribuído. Vamos, fundamentalmente, ter duas grandes Sessões de Trabalho. Teremos, na parte da manhã, o Eng^o Vila Lobos na presidência e na coordenação da apresentação das comunicações e do debate. Como sabem, o debate será iniciado após as comunicações, uma da Sr^a Dr^a Clarisse Mendes e outra do Sr. Dr. Almeida Fernandes, as quais terão três comentadores: a Sr^a Dr^a Maria Eugénia Cochofel, o Sr. Dr. Pedro Portugal e Sr. Nuno Oliveira.

Da parte da tarde, temos uma sessão única com duas meias sessões. Uma em que teremos três testemunhos: da Sr^a Dr^a Helena Cavaco, da Sr^a Dr^a Conceição Martins e da Sr^a Dr^a Maria Manuel Franco. Seguir-se-á um Painel final em que participarão o Sr. Prof. Doutor Bártolo Paiva Campos, o Sr. Eng^o Carlos Pimenta, o Sr. Prof. Doutor Lobato Faria e o Sr. Dr. José Manuel Alho. A ideia do Painel final é a de ele constituir o fecho deste Colóquio. Alguns dos temas serão introduzidos neste Painel pelos três relatores: o Prof. Doutor João Pais, a Sr^a Dr^a Odete Sousa Martins e a Sr^a Dr^a Isabel Raposo, que farão o acompanhamento de todo o Colóquio para depois nos apresentarem os conclusões finais. É nossa intenção vir a publicar em livro, à

semelhança do que foi feito relativamente a outras iniciativas do Conselho, as comunicações, as intervenções e o próprio debate.

Agradeço mais uma vez aos Senhores Secretários de Estado terem estado presentes nesta Sessão de Abertura e tenho o gosto de dar a palavra à Senhora Secretária de Estado Adjunta do Ambiente e Recursos Naturais.

Dr^a Teresa Patrício Gouveia

Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação, Senhor Secretário de Estado.

Quero, em primeiro lugar, saudar o Conselho Nacional de Educação por esta iniciativa.

Temos vindo a verificar que se realizam uma multiplicidade de acções na área da Educação Ambiental que, tal como este encontro, vêm, realmente, confirmar a convicção de que a Educação é um instrumento essencial da política do ambiente.

Para o Ministério do Ambiente a Educação Ambiental é uma prioridade na sua acção, a par das políticas da água e da conservação da natureza.

A preocupação com a Educação Ambiental é, de facto, central na política deste Ministério.

Congratulo-me, também, com o facto desta iniciativa ter sido realizada em colaboração com o IPAMB, no reconhecimento que a Educação Ambiental, para além do que ela implica na organização do próprio sistema de ensino, deve ser suportada por uma série de acções -subsidiárias e complementares - ao núcleo central do ensino formal.

Refiro-me àquelas acções que dizem respeito a uma multiplicidade de áreas, desde a sensibilização à informação do público, da divulgação à própria investigação sobre o ambiente, e à formação. São estas as

acções que têm sido cometidas ao Ministério do Ambiente e através das quais contribuiu para este universo da Educação Ambiental.

Estou convicta de que, a Educação Ambiental tem que ser entendida como um todo, como um universo pedagógico para o qual contribuem não só o Ministério da Educação, não só o Ministério do Ambiente, mas também outras instâncias da Administração Pública.

Mas, não é só a Administração Pública que deve participar, porque em espírito de corresponsabilização, deve toda a sociedade no seu todo, deter uma perspectiva de concertação e uma visão contratual entre a Administração e a própria sociedade civil.

Ao Ministério do Ambiente deve caber, ainda, o incentivo e a colaboração em acções de formação técnica e profissional, deve promover processos de debate, de participação do público nos processos de decisão, incentivando, designadamente, acções de informação, de intercâmbio e de investigação. Ou seja, é toda uma multiplicidade de acções, que devem constituir a área de intervenção do Ministério do Ambiente.

O Ministério do Ambiente dispõe de um instrumento institucional particularmente vocacionado para o desenvolvimento destas acções, que é o Instituto Português de Promoção Ambiental.

Este Instituto foi, no âmbito da recente reestruturação do Ministério, objecto de algumas reformulações. Foram-lhe, efectivamente, cometidas novas tarefas, centradas, sobretudo, nas áreas da formação, da participação pública e de apoio ao movimento associativo.

Lembro que, na sequência da reflexão feita - no âmbito do Ministério - sobre a Agenda 21, documento aprovado na Conferência do Rio de Janeiro, resultou a publicação de um documento, designado por Agenda 21 para Portugal. Neste documento são demarcadas, no fundo, as responsabilidades que advêm para Portugal em consequência dos compromissos daquela Agenda, fazendo-se o inventário das acções em todos os domínios, designadamente, em matéria de educação.

Neste documento, divulgado muito recentemente, identificaram-se algumas acções no domínio da educação e formação para um desenvolvimento sustentável, e acções e medidas para aumentar a consciencialização pública.

Faz-se, ainda, um pequeno diagnóstico da situação em Portugal em cada um destes sectores. Das acções e medidas que, naturalmente, e em face à situação portuguesa, se identificaram aqui como prioritárias, a concertação inter-departamental e o reforço institucional, são duas linhas que devem nortear aquilo que se quiser fazer, neste momento.

Lembro que, há cerca de três meses, o Senhor Secretário de Estado e eu própria, estivemos presentes no 3º. Encontro de Educação Ambiental. Nesse Encontro, além da opinião por nós expressa, foi entendimento unânime de todos os presentes, que é suficiente o trabalho de diagnóstico - feito ao longo destes anos - em matéria de Educação Ambiental.

Houve uma reflexão intensa nesta matéria e há, hoje, um alargado consenso quanto ao seu aporte teórico, quanto aos seus conceitos, quanto às suas metodologias e até, quanto às medidas a empreender.

O ritmo destes Encontros leva-nos a pensar no que terá sido desenvolvido em matéria de aplicação de todo este corpo de conhecimentos e de orientações, relativamente às quais parece haver já algum consenso.

Constatamos que existe, certamente, alguma dificuldade de passar da reflexão para a acção.

O Instituto Português do Ambiente tem nesta sua nova programação, algumas acções previstas que parecem ser bastante significativas nesta área. Refiro-me a um encontro que irá decorrer sobre a Consulta Pública, sobre os seus métodos em matéria de ambiente, o qual me parece ser importante, do ponto de vista da sensibilização do público, do apelo à sua participação nas decisões em matérias de ambiente.

A este propósito, lembro o lançamento de um programa de informação ao cidadão em matéria de ambiente, que pode ser desenvolvido através de uma rede de informação - que se pretende ser tão alargada quanto possível - e as Jornadas de informação técnica sobre o regime jurídico das áreas protegidas em face do seu novo contexto legal e jurídico.

Acredito que, independentemente destas iniciativas e de outras que, evidentemente, o Ministério da Educação tem também nesta matéria, deveríamos rever algumas ideias-feitas, relativamente à não inclusão de matérias ambientais no *curriculum escolar*.

A situação actual já não se revê naquilo que era há alguns tempos atrás.

Persistimos, muitas vezes, em dizer que nada está feito, que as matérias curriculares não contemplam os problemas ambientais. Mas, hoje já não é assim. Podemos dizer que foi feito algum progresso, e convinha que nós próprios o interiorizássemos e tomássemos consciência desse facto, e que não repetíssemos incessantemente conceitos que talvez já não correspondam, totalmente, à realidade.

Todavia, reconheço que existe alguma dificuldade em passar à prática, em multiplicar as acções que decorrem desta filosofia a qual, aliás, todos já confirmámos como correcta.

Eu terminava com um apelo aos participantes deste Encontro, no sentido de se poderem encontrar contributos com vista à concretização dos conceitos que todos nós conhecemos e que estão divulgados.

Penso que esse seria, do ponto de vista do Ministério do Ambiente, e afinal de todos vós, talvez o contributo mais importante que poderia sair deste Encontro.

Falo, justamente, de sugestões, para o Governo, para a sociedade, para todas as instâncias, com vista à aplicação desses conceitos, que todos nós valorizamos.

Dr. Joaquim Azevedo

Muito obrigado Sr. Presidente, Sr^a Secretária de Estado, Srs. Directores-Gerais, minhas senhoras e meus senhores. Eu quase que sou conduzido a continuar a reflexão iniciada pela Sr^a Secretária de Estado, transportando-a mais para o campo da Educação Escolar.

De facto a problemática da Educação Ambiental não sendo um exclusivo da Educação Escolar, tem nela um pilar muito importante ao qual o Ministério da Educação está atento, nomeadamente no âmbito da Reforma Educativa. Podemos talvez considerar, ao nível curricular, três eixos por onde pode começar este investimento ao nível da Educação Ambiental; por um lado ao nível do próprio desenvolvimento da aquisição de conhecimentos, de capacidades e de atitudes.

Talvez hoje, neste Colóquio, fique mais claro ainda, quanto aos currículos, no seu nível mais formal, o seu contributo explícito para uma Educação Ambiental.

Além disso, gostava de transmitir, nesta pequeníssima intervenção, uma preocupação que se prende mais, já não tanto com esse domínio, o da aquisição de conhecimentos ou desenvolvimento de capacidades, mas o da formação das atitudes. Porque um dos eixos fundamentais, penso eu, ao nível da Educação Ambiental, reside essencialmente na formação de atitudes e, não tanto, na produção de informação, mais ou menos rigorosa. A Educação Escolar deve fomentar novas atitudes face aos outros, face aos que nos rodeiam, aos vizinhos, aos habitantes que circundam o espaço onde nós habitamos, face aos colegas das escolas e face ao Ambiente em geral. Mas será que existem hoje espaços e

tempos para a educação destas atitudes no ambiente escolar? Penso que é uma questão central e talvez este Colóquio possa contribuir de forma muito positiva para esclarecer esta ou outras questões deste tipo.

Há imensas pistas por onde ensaiar o aprofundamento desta questão, nomeadamente, o papel da formação proporcionada na área curricular de Desenvolvimento Pessoal e Social e na Área-Escola, nos debates e nas semanas abertas e culturais, nas visitas de estudo; existem milhares de iniciativas deste tipo, ao longo de todo o País. Os trabalhos de projecto, que se podem, sobretudo, desenvolver em torno da Área-Escola, no contexto disciplinar, no âmbito da educação para os media e do jornalismo escolar e por onde, de certo modo, a actualidade entra na escola, são outras formas muito interessantes por onde pode passar a educação das atitudes ecológicas em ambiente escolar. Compete à administração educacional apoiar estas iniciativas das escolas para reforçar práticas inovadoras de educação de novas atitudes pessoais e sociais.

Por outro lado, ao nível da formação de professores, é preciso continuar a fazer um investimento muito grande. O programa da formação contínua - FOCO - é um programa aberto a este domínio de formação. Estamos também empenhados na construção dos materiais pedagógicos para apoio às escolas, exactamente para que a formação de professores seja acompanhada e sustentada com esses materiais, e também para que as escolas, no âmbito curricular, possam desenvolver actividades mais consentâneas com os objectivos da educação ambiental.

E é esta breve reflexão que gostava de deixar ficar. Felicito o Conselho Nacional de Educação pela iniciativa que teve e espero que

em breve possa receber o livro, com as conclusões e as recomendações deste Colóquio.

Muito obrigado.